

**PARECER 040/2023 - CEIV**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA**  
**(CEIV)**

( X ) Primeira Análise – Parecer nº 040/2023-CEIV – 16/11/2023

**Processo Administrativo nº:** AprovaFácil #25263 – ARQ.01.00001258/EIV.000026

**Projeto:** AprovaFácil #24296 - ARQ.01.00001258

**Empreendedor:** CBF - Confederação Brasileira de Futebol

**CNPJ nº:** 33.655.721/0001-99

**Endereço do empreendimento:** Rua Alameda Delfim de Pádua Peixoto Filho, s/nº, bairro dos Municípios

**Área do lote:** 11.340,65

**Área a ser construída (projetada):** 446,71 m²

**Número de Pavimentos:** térreo

**Número Unidades Comerciais:** 01 (uma)

**Número de Unidades Residenciais:** 00

**Projeção de atração do empreendimento – comercial:** ???

**Vagas de Garagem privativas:** ??

**Vagas EPP/Comerciais:** xx

**Uso:** Comercial.

**Zona:** ZOR - I

**DIC:** 43774 – INSC. IMOB. 03.01.151.0221

**Investimento previsto:** 446,71 m² CUB's

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 10.915, de 03 de agosto de 2022 e suas alterações, que "Dispõe sobre a reformulação da Comissão Permanente de Análise de EIV - CEIV, e dá outras providências";

CONSIDERANDO que o projeto arquitetônico do empreendimento está em tramitação no Departamento de Análise de Projetos (vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária) sob o protocolo nº #24296 – ARQ.01.00001258, o qual está na fase de subprocesso, no que diz respeito ao projeto atender a legislação urbanística geral, em cumprimento ao art. 7º, da Instrução Normativa n.º 001/2019, da SPU, de 29.08.2019, em relação à conformidade com a "legislação urbanística em geral" do projeto arquitetônico apresentado para a aprovação de projeto;

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa 001/2019 – SPU orienta que a atuação da CEIV se restringe a mensuração dos impactos a serem gerados pelo empreendimento e suportados pela vizinhança de carácter meramente opinativo,

**Após análise do Estudo de Impacto de Vizinhança apresentado, a CEIV faz as seguintes considerações:**

1. Apresentar matrícula do terreno onde será implantado o Centro de Desenvolvimento do Futebol da CBF;
2. No item 1.2 do EIV é citada uma área de terreno com 453.541,00 m<sup>2</sup> e uma área construída computável de 446,71 m<sup>2</sup>. Melhor descrever essa área, demonstrando e demarcando em projeto. No item 1.2 compatibilizar a informação sobre a área total de matrícula com o informado no projeto arquitetônico em análise na plataforma AprovaFácil BC;
3. No item 1.3 do EIV, conforme item 1.3 do Termo de Referência (TR), anexo da LC nº 24/2018, indicar o responsável legal pela pessoa jurídica (empreendedor);
4. No item 1.4, é apresentado RRT da responsável pela elaboração do Estudo de Impacto de vizinhança, a qual menciona ser referente “Estudo de impacto de vizinhança **de um terreno** na cidade de Balneário Camboriú”. Rever; Confirmar o responsável pela coordenação da equipe e, apresentar ART de todos os profissionais envolvidos (falta da Desenhista Técnica Camila Nicole dos S. Almeida), conforme item 1.4 do TR;
5. No item 2.1 Características do imóvel (terreno), informa que a área a ser utilizada para implantação do projeto será de 11.640,65m<sup>2</sup>, compatibilizar a informação sobre a área com o informado no projeto arquitetônico em análise na plataforma AprovaFácil BC;
6. No item 2.2 Dimensionamento e caracterização do empreendimento e atividade, compatibilizar a informação sobre a área (tabela 1) com o informado no item 2.1; A tabela de índices urbanísticos, deve estar em acordo a Consulta de Viabilidade sob protocolo #24296/23 ,compatibilizar a informação da área de lote e informar o zoneamento. A tabela de índices urbanísticos informa 37 vagas de estacionamento, compatibilizar a informação com os itens 1.2, 2.2 e 2.12.1. Ainda, indicar/descrever qual a previsão de população total prevista para o empreendimento, indicando a metodologia utilizada para estimativa ou previsão, conforme item 2.2 do TR, também informar qual a capacidade máxima de acordo com normas do corpo de bombeiros.
7. Apresentar o projeto arquitetônico, conforme prevê o art. 14, da LC nº 24/2018;
8. No item 2.3, Descrição dos equipamentos disponíveis, faltou citar e/ou descrever se existirão equipamentos do tipo geradores, elevadores, estação de tratamento, maquinários, etc, conforme item 2.3 do TR; Esclarecer a utilização de poço artesiano para

irrigação de um campo de jogo sintético, caso faça o uso deve apresentar Autorização por meio de outorga, do Governo do Estado, órgão responsável pela autorização. É informado o uso de um reservatório para captação da água da chuva, apresentar a metodologia de cálculo do volume

9. No item 2.4 Descrição das obras, atender ao TR. Ainda, apresentar projeto arquitetônico detalhado do canteiro de obras, contemplando e demonstrando as áreas de cargas e descargas de materiais, concretagens, as áreas de vivência, áreas de manobra (apresentando os raios de giro) e circulação dos veículos pesados, áreas de estacionamento de caminhão-betoneira, concretagem, e acesso dos equipamentos e máquinas; Descrever também como será esquema de segurança viária para se garantir que toda operação ocorra sem perigo para transeuntes.

10. No item 2.5 Cronograma de implantação, atender ao TR indicando a previsão de início, o qual deverá ocorrer após o licenciamento da mesma;

11. No item 2.6, apresentar ART do Levantamento planialtimétrico/topográfico;

12. No item 2.8 deve atender ao TR indicando provável local de empréstimo e bota fora e apresentar as devidas licenças;

13. Apresentar as viabilidades de atendimento: água, esgoto, energia elétrica, coleta de resíduos, cfe. item 2.9 do TR;

14. No item 2.9.1.1. Fase de Implantação, informa a área de construção de edificações em alvenaria de 472,21 m<sup>2</sup>, adequar conforme projeto arquitetônico em aprovação;

15. No item 2.9.1.2. Fase de Operação, apresentar o Projeto Hidrossanitário, bem como indicar a metodologia do cálculo;

16. No item 2.9.2 Consumo de energia elétrica, apresentar o cálculo e indicar a metodologia para previsão da demanda (na fase de operação); na fase implantação informa a área de construção de edificações em alvenaria de 472,21 m<sup>2</sup>, adequar conforme projeto arquitetônico em aprovação;

17. No item 2.9.3 apresentar a estimativa do volume de resíduos por classe, na fase de implantação e operação do empreendimento;

18. No item 2.9.4 Produção de Efluentes líquidos, não foi apresentado o volume de efluentes líquidos produzidos durante a fase de implantação e operação da obra, sendo assim o mesmo deve ser mensurado, bem como apresentar a metodologia aplicada para cálculo. Apresentar medidas mitigadoras para não causar prejuízo ambiental no entorno (considerando as concretagens, lavagem de equipamentos e ferramentas, etc);

19. No item 2.9.6 Produção de ruído, calor, vibração e radiação e emissões atmosféricas, atender ao TR (Indicar os equipamentos geradores). No item 2.4.2, é informado a instalação de aparelhos condicionadores de ar, portanto, indicar a ocorrência de produção de calor; é informado o uso de gerador na fase de implantação, esclarecer se na operação

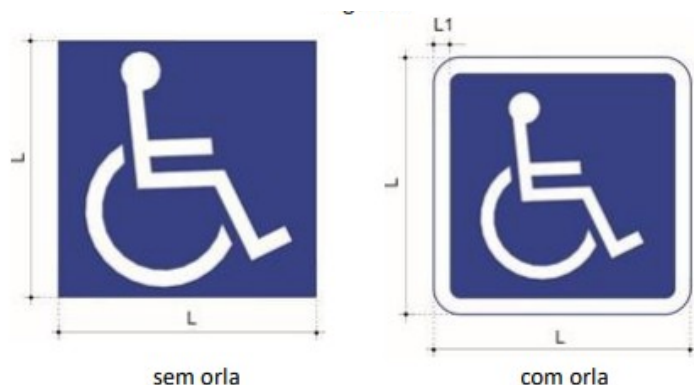
a edificação também fará uso de geradores;

20. No item 2.12 Sistema Viário e o Empreendimento:

20.1 Em 2.12.1.2 – Estacionamentos, necessário criar um quadro/tabela, indicando em colunas separadas, a quantidade mínima de vagas exigidas pelas legislações municipais e o número total de vagas de estacionamento a serem ofertadas, por tipo de veículo, considerando todas as opções de estacionamento a serem disponibilizadas. OBS: Necessário prever vaga de embarque/desembarque de passageiros. Qual local será realizado essa operação?;

20.2 Em 2.12.1.2 – Estacionamentos, acrescentar, em prancha exclusiva das vagas de estacionamentos, as dimensões (largura x comprimento), de cada tipo de vaga;

20.3 Em 2.12.1.2 – Estacionamentos e na prancha exclusiva das vagas de estacionamento, rever as sinalizações/dimensões do Símbolo Internacional de Acesso – SAI e das numerações das vagas PNE, conforme Resolução Contran nº 965/2022 (anexos) e imagens a seguir:



#### 1.4. Numeração

Todas as vagas reservadas em áreas de estacionamento privado de uso coletivo devem ser numeradas. O numeral deve ter altura de 0,10m, na cor branca, inserido num retângulo azul, conforme exemplo de aplicação da Figura 5, exceto quando o pavimento for também azul, conforme Figura 6.

Figura 5



20.4 Em 2.12.1.2 – Estacionamentos e na prancha exclusiva das vagas de estacionamento, rever as sinalizações das vagas de PNE e de idosos, conforme Resolução Contran nº 965/2022 (anexos) e imagens a seguir:



20.5 Em 2.12.1.2 – Estacionamentos e na prancha exclusiva das vagas de estacionamento, acrescentar todas as sinalizações verticais de regulamentação das vagas específicas (PNE, idoso, embarque/desembarque e motos), conforme Manual de Sinalização Vertical do Contran (Volume I), anexos da Resolução Contran nº965/2022 e imagens a seguir:



20.6 Em 2.12.1.2 – Estacionamentos (página 38 do EIV), diz que serão o total de 26 vagas de automóveis. Não seria 27 vagas de automóveis e 10 de bicicletas? Rever;

20.7 Em 2.12.1.2 – Estacionamentos e na prancha exclusiva das vagas de estacionamento, acrescentar o trajeto de rota acessível das pessoas PNE, desde a vaga de PNE, de acordo com as diretrizes de rota acessível expostas na NBR 9050;

20.8 Em 2.12.1.3 – Acessos, rever o trecho que diz que a Alameda Delfim de Pádua Peixoto Filho tem a largura de 1,5 metro;

20.9 Em 2.12.1.3 – Acessos; necessário incluir nos projetos e no EIV, a largura dos acessos veiculares e de pedestres, além da altura máxima do portão, do acesso veicular;

20.10 Em 2.12.1.3 – Acessos; necessário verificar a viabilidade de execução de projeto, contemplando um dispositivo de acesso, no terreno do lado oposto ao empreendimento, criando assim uma faixa de acumulação na alça de acesso ao empreendimento, não trazendo transtornos ao sistema viário. OBS: verificar o alinhamento do futuro portão de acesso do empreendimento com o possível dispositivo;

20.11 Em 2.12.1, incluir os seguintes subcapítulos, previstos no Termo de Referência (Anexo I), da Lei Complementar nº 24/2018:

- Quais controladores de acessos, faixas de acumulação;
- Indicar a previsão de viagens atraídas em hora/pico na fase de operação e distribuição no sistema viário (principais rotas);
- Sistema de Transporte: indicar a previsão de incremento no sistema público de transporte;

20.12 Em 2.12.1, no subcapítulo do sistema de transporte, atender as seguintes diretrizes:

a) necessário criar subcapítulos específicos para cada um dos temas (Sistema de transporte público coletivo e individual).

b) com a mudança da empresa responsável pelo transporte coletivo de Balneário Camboriú, será necessário incluir os dados sobre transporte com as informações presentes no site da nova empresa de transporte e da prefeitura, constantes a seguir:

<http://transpiedadebc.com.br/>

[https://www.bc.sc.gov.br/imprensa\\_detalhe.cfm?codigo=35597](https://www.bc.sc.gov.br/imprensa_detalhe.cfm?codigo=35597)

[https://www.bc.sc.gov.br/imprensa\\_detalhe.cfm?codigo=35587](https://www.bc.sc.gov.br/imprensa_detalhe.cfm?codigo=35587)



- c) necessário colocar o mapa/rota da linha de ônibus que passa mais próximo do empreendimento. OBS: o mapa/rota está presente no site da empresa responsável pelo transporte coletivo de Balneário Camboriú.
- d) incluir figuras da localização dos pontos de ônibus e de taxi na AVD do empreendimento, em duas figuras diferentes, uma somente com os pontos/abrigos de ônibus e outra somente com os pontos de táxis;
- e) a previsão de incremento no sistema público de transporte deverá levar em consideração os dados e estatísticas estimadas pelo plano de mobilidade urbana de Balneário Camboriú (PLANMOB, 2018), para o bairro onde é situado o empreendimento. Ainda, as estimativas devem demonstrar a distribuição direcional das viagens (atração e produção) de cada modal de transporte;
21. No item 2.13 indicar aspectos do empreendimento voltados à sustentabilidade de forma melhor detalhada. Haverá uso de equipamentos/tecnologias? (exemplo: Iluminação em LED, temporizadores, sensores, energia solar fotovoltaica, etc.)
22. No item 2.14 Geração de Emprego e Renda, atender ao TR, indicando os principais postos de trabalho a serem gerados e previsão de recrutamento dos trabalhadores. Em caso de recrutamento de grupos de trabalhadores em outras cidades, indicar previsão de alojamento/transporte, etc. Indicar a remuneração média prevista e se existem cursos de qualificação disponíveis;
23. No item 2.15 Valor de Investimento, rever o valor do CUB utilizado. Deve ser utilizado o valor referente ao estado de Santa Catarina e do mês vigente, informado pelo Sinduscon;
24. No item 3.1, informa que a definição das áreas de vizinhança indireta e direta foi realizada com base na avaliação de uma equipe multidisciplinar envolvida na elaboração deste Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), contudo o estudo apresenta somente duas profissionais (uma arquiteta e urbanista e uma desenhista técnica);
25. Em relação a delimitação da área de vizinhança no item 3.1, rever a definição das mesmas. Não foi possível a identificação da delimitação específica da AVI, apresentar de forma clara, bem como a CEIV entende que deverão ser considerados todas as vias de acesso e escoamento. É informado que a área de influência direta do empreendimento (AVD), abrange um raio de 500 metros a partir dos limites do lote, contudo não foi apresentado imagens com as devidas delimitações. Rever;
26. No item 3.2 Aspectos históricos da vizinhança, atualizar a informação de “10 praias”, para “9” e adequar o item 3.5.4 que fala 9 praias. Neste item não foram abordados os “aspectos históricos da vizinhança, favor informar se existem bem tombados ou sítios arqueológicos dentro da AVI do empreendimento;
27. No item 3.3 Diagnóstico Ambiental, não foram abordados alguns temas (conforme o Termo de Referência) tais como: cobertura vegetal, precipitação, dados de economia,

sociedade e cultura;

28. No item 3.4 Características do espaço urbano, zoneamento e uso e ocupação do solo, deve atender ao TR, indicando uso e ocupação do solo, as características do espaço urbano, indicar o zoneamento previsto no plano diretor e se a inserção do empreendimento está de acordo;

29. Atender ao TR "Características do espaço urbano, zoneamento e uso e ocupação do solo", onde deve caracterizar uso e ocupação do solo, as características do espaço urbano, indicar o zoneamento previsto no plano diretor e se a inserção do empreendimento está de acordo.

30. Inserir o item "Equipamentos públicos de infraestrutura urbana" conforme TR;

31. Em relação ao item "3.5 Equipamentos Públicos de Uso Comunitário" do Termo de Referência (anexo da LC nº 24/2018), de forma clara e objetiva, deverá indicar os equipamentos públicos de uso comunitários disponíveis na área de vizinhança e a viabilidade de atendimento ao empreendimento ou se há alternativa para suprir a necessidade;

32. No item 3.6. Sistema Viário da Área de vizinhança:

30.1 Necessário incluir subcapítulo, com o levantamento das sinalizações verticais e horizontais (apresentar imagens e mapas indicativos) no entorno do empreendimento;

30.2 Necessário incluir subcapítulo, com a apresentação de mapas indicativos dos dispositivos redutores de tráfego existentes (faixas elevadas de travessias de pedestres, ondulações transversais, Traffic Calming, fiscalizadores eletrônicos) no entorno do empreendimento;

33. No item 3.6.1, incluir os seguintes subcapítulos, previstos no Termo de Referência (Anexo I), da Lei Complementar nº 24/2018:

- Gabarito existente, indicando os gabaritos das vias que compõem as rotas de entrada e saída do empreendimento, com suas respectivas medidas, conforme a Lei Complementar Nº 2.794/2008 (tabela do sistema viário);
- Indicação dos tipos de modais existentes, do itinerário das linhas de transporte público, terminais, abrigos de ônibus, pontos de táxis, sistema ciclovitário;
- Demonstrar contagens de tráfego ou volume de viagens na área de vizinhança imediata;
- Projetar simulações da atração do empreendimento fazendo a análise para um horizonte de implantação de 5 e 10 anos;

34. Em 3.6.1, no subcapítulo dos tipos de modais existentes, utilizar como referência os



dados do Plano de Mobilidade Urbana de Balneário Camboriú (PLANMOB, 2018). Deverá ser demonstrado a porcentagem de cada modo de transporte utilizado no Bairro dos Municípios - Balneário Camboriú/SC;

35. Em 3.6.1, no subcapítulo do sistema cicloviário, utilizar como referência o Plano Cicloviário Municipal/Mapa Cicloviário Municipal, com inclusão de imagens/mapas indicando a estrutura cicloviária existente e a projetada no entorno, além da demonstração atual, por meio de imagens, do espaço cicloviário existente no entorno;

36. Em 3.6.1 - Avaliação da compatibilidade do sistema viário, na indicação das principais vias da Área de Vizinhança, a figura 99 (página 55) precisa ser mais abrangente, considerando a AVD;

37. Em 3.6.1 - Avaliação da compatibilidade do sistema viário, necessário a apresentação dos dados de maneira mais clara e organizada. Recomenda-se a criação de subcapítulos para cada tema específico (Principais Vias na Área de Vizinhança Direta; Hierarquia do Sistema Viário; Modos de Transporte Existentes; Serviços de Transporte por Aplicativo; Restrições ao Tráfego de Carga; Projeção do Tráfego);

38. Em 2.12 e 3.6, solicita-se que, quanto a atribuição/habilitação em realizar o EIT (Estudo de Impacto de Trânsito), seja apresentado documento específico (ART), que ateste que as atividades técnicas referentes ao estudo de tráfego/trânsito (de acordo com o TR – anexo da Lei Complementar n.º 24/2018) estejam em conformidade com a legislação profissional que regula o exercício da profissão.

39. No item 3.7 “Leitura da Paisagem”, apresentar imagens do empreendimento, focando na criação de atratividade e vitalidade nestas áreas de transição, aplicando-se as disposições da Lei Municipal nº 4.107/2018 (Plano de Arborização). Apresentar imagens de como se dará a integração das fachadas do empreendimento e a inter-relação destes espaços com a área pública e vizinhança, já considerando o projeto de arborização;

40. No item 3.8 “Análise dos níveis de pressão sonora”, apresentar a avaliação do nível de ruído atual do local, indicando metodologia e pontos amostrais; indicando os principais emissores de ruído da vizinhança. Comparar os níveis de pressão sonoras identificadas com a legislação existente quando couber. Ainda, no quinto parágrafo da pg. 57 é informado que o empreendimento está situado em uma Zona de Ambiente Construído de Baixa Densidade (ZACC III D), rever;

41. No item 4.1 Metodologia para Identificação e Avaliação dos Impactos, Impactos positivos e Impactos negativos, identificar os impactos apresentados na Matriz;

42. No item 4.1.2 Metodologia de Avaliação Qualiquantitativa, é apresentado o texto da lei, contudo cabe a consultoria informar na matriz e EIV os valores, e a equipe técnica da CEIV realizar a análise;

43. Atender ao item 4.1.3.1 TR, apresentando Resumo de Mitigações;

44. O Índice Abrangência (IA), será analisado após o atendimento ao item 3.1, tendo em vista que não ficou clara a delimitação das áreas de vizinhança direta e indireta;
45. O Índice Comprometimento de Infraestrutura da Vizinhança (ICIV), será avaliado após a apresentação da viabilidade da EMASA, CELESC e Ambiental;
46. Rever o índice de magnitude (IM) na tabela, deve estar em acordo a Matriz de Impactos;
47. O Índice Abrangência (IA), será analisado após o atendimento ao item 3.1, tendo em vista que não ficou clara a delimitação das áreas de vizinhança direta e indireta;
48. O índice de comprometimento da infraestrutura da vizinhança (ICIV), será avaliado após a apresentação da viabilidade da EMASA, CELESC e Ambiental;

## **AVALIAÇÃO DA MATRIZ QUALIQUANTITATIVA E DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS E MEDIDAS MITIGADORAS:**

### **IMPLANTAÇÃO**

49. A CEIV entende que o impacto “Deterioração de vias públicas” é um impacto negativo, portanto rever e apresentar medidas mitigadoras;
50. Incluir os seguintes impactos na fase de implantação, com apresentação de medidas mitigadoras:
- Deterioração de vias públicas, pela movimentação de veículos pesados;
  - Pressão nas Vagas de Estacionamento nas Vias do Entorno do Empreendimento;
  - Pressão na Infraestrutura de Mobilidade Urbana/Viária no Entorno do empreendimento (Geração de Viagens de veículos de carga/descarga);
51. Realizar a avaliação de impactos relacionados aos aspectos: equipamentos comunitários, paisagem, interferências no meio natural. Rever;
52. Na valoração do impacto “Aumento do consumo de recursos naturais” a CEIV entende que, a expectativa de ocorrência é certa (3), a abrangência AVI (5), o impacto deve ser considerado de importância “alta” (5), considerando que insumos que serão aplicados na execução da obra não voltarão ao seu estado antes da ação em termos de qualidade, rever o valor de mitigação uma vez que não possui medidas de mitigação que justifiquem 30%;
53. Para o impacto “Aumento no consumo de água no sistema de abastecimento” CEIV entende que a abrangência é AVI (5) e irreversível (5);
54. Para o impacto “Aumento na geração de efluentes líquidos no sistema de coleta e

tratamento” a CEIV entende que: expectativa certa (3), a abrangência é AVI (5), importância alta (5) e reversibilidade parcial (3);

55. Para o impacto “Aumento no consumo de energia elétrica no sistema de distribuição de energia”, a CEIV entende que a abrangência é AVI (5), parcialmente reversível (3) e prazo cíclico (3);

56. Para o impacto “Aumento da geração de resíduos sólidos no sistema público de coleta e destinação”, a CEIV entende que a importância é alta (5); e valor de mitigação máximo 30%;

57. As mitigações apresentadas em todos os impactos não se referem aos mesmos, sendo assim revê-los, bem como os valores de mitigação utilizados. Sendo assim a valoração da mitigação será analisada após as devidas adequações.

## **OPERAÇÃO**

58. A CEIV entende que o impacto “Deteriorização de vias públicas” é um impacto negativo, portanto rever e apresentar medidas mitigadoras;

59. Incluir os seguintes impactos na fase de operação, com apresentação de medidas mitigadoras:

- Pressão nas Vagas de Estacionamento nas Vias do Entorno do Empreendimento;
- Pressão na Infraestrutura de Mobilidade Urbana/Viária no Entorno do empreendimento (Geração de Viagens);
- Pressão no sistema de transporte público coletivo.

60. Para o impacto “Aumento no consumo de energia elétrica com pressão no sistema de geração de energia” a CEIV entende que AVI (5), e irreversível (5), rever o percentual de mitigação uma vez que não é apresentado medidas referentes ao consumo de energia elétrica;

61. Para o impacto “Aumento da geração de resíduos sólidos urbanos com pressão no sistema de coleta e destinação” A CEIV entende que deve ser considerado AVI (5), importância alta (5), irreversível (5) e permanente (5) e reduzir percentual de mitigação para 30%;

62. Para o impacto “contaminação do solo”, a CEIV entende que a AVD (3) e permanente (5);

63. Para o impacto “aumento do desconforto acústico”, a CEIV entende que deve ser considerado abrangência AVD (3), importância moderada (3) e prazo permanente (5); rever o percentual de mitigação uma vez que não é apresentado medidas referentes;

64. As mitigações apresentadas em todos os impactos não se referem aos mesmos, sendo assim revê-los, bem como os valores de mitigação utilizados. Sendo assim a valoração da mitigação será analisada após as devidas adequações.
65. Apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para fins de avaliação do percentual de mitigação;
66. Apresentar a matriz quali-quantitativa atualizada com os apontamentos acima;
67. Apresentar o cálculo do Valor de Compensação após os ajustes da matriz.

### **Medidas complementares a serem observadas:**

1. Observar a disposição da LC nº 24/2018, art. 11, § 1º:

*"O EIV será arquivado definitivamente, na hipótese do empreendedor não prestar esclarecimentos, ou deixar de atender a qualquer das solicitações, num prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa técnica, a contar do despacho da CEIV."*

2. Na definição das medidas mitigatórias, estas devem ser efetivas, sendo necessária a comprovação de cumprimento das mesmas através da apresentação de relatório, em cumprimento às disposições dos artigos 16 e 17, da LC nº 24/2018:

**"Art. 16** No pedido de certidão de habite-se, o empreendedor deverá comprovar à CEIV, o recolhimento aos cofres públicos municipais, da medida compensatória, e o **Relatório de Cumprimento das medidas mitigatórias**. (grifo do autor)

*Parágrafo único. As medidas compensatórias, resultantes do não cumprimento de medidas mitigatórias, previstas no art. 17, deste diploma legal, deverão ser pagas em uma única parcela, num prazo máximo de 10 (dez) dias, a serem contados a partir da notificação da CEIV ao empreendedor.*

**Art. 17** Verificado pela CEIV, o **descumprimento da execução de qualquer medida mitigatória, estará o empreendedor sujeito a notificação**, com direito a regularização em até 5 (cinco) dias úteis, sendo que, **pelo não cumprimento ou na reincidência**, será estabelecida medida compensatória, considerando 10 (dez) vezes o valor proporcional a medida mitigatória não executada. "(grifo do autor)

As correções acima devem ser apresentadas através de ofício com respostas a cada item (se aprovadas, inseridas no EIV final) em formato digital.

Ressaltando que a análise do Estudo de Impacto de Vizinhança não dispensa as demais licenças e autorizações cabíveis, é o que recomenda esta Comissão.

Balneário Camboriú, 16 de novembro de 2023.

Michela Denise Parno

Secretária

Secretária da CEIV

CLELIA WITT SALDANHA (presidente)

MARIA HELOÍSA B. C. FURTADO LENZI  
(Vice-presidente)

ALEXANDRE GUISLOTE MOTTA –  
EMASA (membro da CEIV)

LEANDRO GRZYBOWSKI DA SILVA - SEMAM  
(membro da CEIV)

MATHEUS LOBÃO DE CARVALHO –  
Eng.º de Tráfego (membro da CEIV)

MAURINO ADRIANO VIEIRA - SPU  
(membro da CEIV)

WALTER H. GRUETER NETO - SPU  
(membro da CEIV)

TAYNARA TRETTIN CAMPELLO – SPU  
(membro da CEIV)

Obs.: este parecer é assinado digitalmente, sendo válido somente com as assinaturas.